



ESTADO DO PIAUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANÍSIO DE ABREU.

CNPJ Nº. 06.553.630/0001-70

Rua Lino Ribeiro Soares nº. 75 – Centro.

CEP 64780-000 – Anísio de Abreu – Piauí

Anísio de Abreu (PI), 30 de abril de 2021.

MENSAGEM À CÂMARA MUNICIPAL.

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Vereadores,

Estamos encaminhando o Projeto de Lei nº 020/2021, que versa sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2022, em atenção ao estabelecido no artigo 165, § 2º, da Constituição Federal e no artigo 4º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, para a devida apreciação dessa Egrégia Casa Legislativa.

O presente projeto de lei estabelece as metas e prioridades propostas para o exercício de 2022, a partir das projeções das receitas públicas municipais e da captação de recursos junto aos órgãos estaduais e federais.

Está estruturado para atender aos dispositivos da legislação vigente, estabelecendo as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações, as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais e as disposições sobre alterações na legislação tributária municipal.

Cabe à LDO regulamentar mecanismos que assegurem o equilíbrio fiscal, estabelecendo critérios e forma de limitação de empenhos a ser efetivado nos casos de não realização da receita nos valores previstos, bem como as normas relativas ao controle de custos e as condições e exigências para a transferência de recursos a entidades privadas sem fins lucrativos.

Tendo em vista a situação de anormalidade vivida no país com o enfrentamento da pandemia provocada pelo coronavírus (COVID-19), a projeção das metas fiscais para o exercício de 2022 levou em consideração as perspectivas de recuperação moderado da economia nacional e local. Os valores projetados para as receitas poderão ainda sofrer alterações até a elaboração do orçamento, tendo em vista que algumas delas, como o ICMS e o FPM, não tem definido, até o momento, o montante que caberá ao Município. Condição também de poucas perspectivas com relação aos projetos que pleiteiam transferências voluntárias de recursos federais e estaduais.

Na oportunidade apresento aos ilustres Vereadores protestos do mais elevado apreço e consideração, reafirmo o importante papel da Câmara Municipal como parceira na missão de bem administrar o Município e o compromisso da nossa gestão, no sentido de proporcionar a expansão e o aperfeiçoamento dos serviços públicos, de modo a garantir melhorias das condições de vida da nossa população.

Atenciosamente,



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANÍSIO DE ABREU.
CNPJ Nº. 06.553.630/0001-70
Rua Lino Ribeiro Soares nº. 75 – Centro.
CEP 64780-000 – Anísio de Abreu – Piauí

PROJETO DE LEI Nº 020/2021, DE 29 DE ABRIL DE 2021.

Dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária do Município para o exercício de 2022 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANÍSIO DE ABREU, ESTADO DO PIAUÍ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. – Nos termos da Constituição Federal, art. 165, § 2º., esta Lei estabelece as diretrizes orçamentárias do Município para o exercício de 2022, orienta a elaboração da respectiva lei orçamentária anual, determina as prioridades da Administração para o exercício, dispõe sobre as alterações na legislação tributária e atende às demais determinações impostas pela Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

CAPÍTULO I METAS FISCAIS

Art. 2º. - É parte integrante desta Lei o ANEXO DE METAS FISCAIS e o ANEXO DE RISCOS FISCAIS conforme previsto nos parágrafos 1º, 2º, e 3º do Art. 4º da L.C. 101, de 4 de maio de 2000, constituindo-se das seguintes partes:

I – ANEXO DE METAS FISCAIS

- a) Demonstrativo de Metas Anuais
- b) Avaliação do Cumprimento das Metas do Exercício Anterior
- c) Metas Fiscais Atuais comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos três Exercícios Anteriores
- d) Demonstrativo de Evolução do Patrimônio Líquido
- e) Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos obtidos com a Alienação de Ativos
- f) Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado
- g) Demonstrativo da Evolução da Receita Orçamentária.

II – DEMONSTRATIVO DOS RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS.

CAPÍTULO II DAS PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Art. 3º. – As metas e prioridades do governo municipal para o exercício de 2022 estarão especificadas no Plano Plurianual 2022/2025, as quais terão precedência na alocação de recursos na lei orçamentária de 2022.

§ 1º - Os recursos estimados na Lei Orçamentária para 2022 serão destinadas, preferencialmente, para as prioridades e metas estabelecidas nos Anexos do Plano Plurianual, não se constituindo, todavia, em limite à programação da despesa.



ESTADO DO PIAUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANÍSIO DE ABREU.

CNPJ Nº. 06.553.630/0001-70

Rua Lino Ribeiro Soares nº. 75 – Centro.

CEP 64780-000 – Anísio de Abreu – Piauí

§ 2º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2022, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta Lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita estimada, de modo a preservar o equilíbrio das contas públicas.

Art. 4º. – Na fixação das despesas dos orçamentos fiscal e da seguridade serão observados os ANEXOS I e II, respectivamente.

CAPÍTULO III

DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 5º. – No projeto de Lei Orçamentária pra o exercício de 2022, as receitas e as despesas serão orçadas segundo os preços vigentes em agosto de 2021, acrescidas da previsão de variação de preços de agosto a dezembro de 2021.

Parágrafo Único – Os projetos e atividades constantes da Lei Orçamentária deverão estar compatíveis com o Plano Plurianual e com esta Lei.

Art. 6º. – A lei orçamentária não consignará recursos para início de novos projetos se não estiverem adequadamente atendidos os em andamento e contempladas as despesas de conservação do patrimônio público.

§ 1º. - Entende-se por adequadamente atendidos os projetos cuja realização esteja conforme o cronograma físico-financeiro pactuado e em vigência.

Art. 7º. - Não será consignado na Lei Orçamentária Anual, crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.

Art. 8º. – A Assessoria Jurídica do Município encaminhará à Secretaria Municipal de Finanças, até 20 de agosto de 2021, a relação dos débitos decorrentes de precatórios judiciais a serem incluídos na proposta orçamentária de 2022, conforme determinado pelo art. 100, § 1º, da Constituição Federal, discriminada por órgão da administração e por grupo de despesas, especificando o número da ação originária, o número do precatório, o tipo de causa julgada, a data da autuação do precatório, o nome do beneficiário, o valor do precatório a ser pago e a data do trânsito em julgado.

Parágrafo único – A Lei orçamentária discriminará em categoria de programa específica as dotações destinadas ao pagamento de precatórios judiciais, que constarão das Unidades Orçamentárias responsáveis pelos débitos.

Art. 9º. - O Poder Legislativo e os órgãos da administração, incluindo os Fundos Especiais, deverão encaminhar e protocolar junto à Secretaria Municipal de Finanças, até 20 de agosto de 2021, suas respectivas propostas orçamentárias, para fins de ajuste e consolidação do projeto de lei orçamentária.

Art. 10 – O projeto de lei orçamentária relativo ao exercício de 2022 deverá assegurar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma das etapas da sua execução, dando ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público.



ESTADO DO PIAUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANÍSIO DE ABREU.

CNPJ Nº. 06.553.630/0001-70

Rua Lino Ribeiro Soares nº. 75 – Centro.

CEP 64780-000 – Anísio de Abreu – Piauí

Art. 11 - Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na Lei Orçamentária de 2022, bem como a respectiva execução, serão feitas de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo, que serão demonstrados através de normas de controle interno instituídas pelo poder executivo.

Art. 12 – É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada, que atendam diretamente ao público de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde ou educação e estejam registradas no Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS e no Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS.

Parágrafo Único – Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular nos últimos três anos, emitida no exercício de 2021, pelos respectivos conselhos setoriais de políticas públicas e comprovantes de regularidade fiscal da entidade e do mandato de sua diretoria e os repasses de recursos serão efetivados através de convênios, conforme estabelecido no art. 116, da Lei 8.666/1993, e na exigência do art. 26, da Lei Complementar 101/2000.

Art. 13 – A execução orçamentária e financeira da despesa do Poder Executivo será realizada de forma desconcentrada, observando as normas estabelecidas pela Secretaria do Tesouro Nacional e seguirão o cronograma de desembolso, estipulado através de Decreto a ser publicado pelo Chefe do Poder Executivo, disciplinando a matéria.

Art. 14 - É permitida a inclusão, na lei orçamentária anual e em seus créditos adicionais, de dotações para que o Município contribua para o custeio de despesas de competência de outro ente da federação, desde que sejam destinadas ao atendimento das situações que envolvam claramente o interesse local.

Parágrafo único. A realização da despesa definida no caput deste artigo deverá ser precedida da aprovação de plano de trabalho e da celebração de convênio, de acordo com o art. 116 da Lei Federal nº. 8.666/1993.

Art. 15 - Atendido o disposto no § 2º do art. 12 da Lei n.º 4.320/64 o orçamento para o exercício de 2022 não conterà contribuição destinada a atender à manutenção de entidades sem fins lucrativos.

Art. 16 – O orçamento para o exercício de 2022 deverá obedecer ao princípio do equilíbrio entre as receitas e as despesas. Se verificado ao final do bimestre que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes promoverão por ato próprio e nos montantes estabelecidos em decreto do Executivo, a limitação de empenhos e movimentação financeira, segundo os seguintes critérios:

I – redução na mesma proporção entre o previsto nos Anexos de Metas Fiscais e a receita realizada, nas despesas de custeio e transferências, excluídas:

- a) as de pessoal e seus encargos e de serviços da dívida;



ESTADO DO PIAUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANÍSIO DE ABREU.

CNPJ Nº. 06.553.630/0001-70

Rua Lino Ribeiro Soares nº. 75 – Centro.

CEP 64780-000 – Anísio de Abreu – Piauí

- b) as que afetem o desenvolvimento das atividades em funcionamento dos subprogramas e programas de saúde, saneamento, educação, assistência e serviços de utilidade pública;
- c) as decorrentes de convênios, acordos e ajustes;
- d) obras em andamento.

II- vedação de empenhos que se destinem a:

- a) Início de obras e instalações, inclusive as destinadas à conservação e adaptação de bens imóveis, exceto para os casos de calamidade, urgências e emergências públicas, devidamente justificadas.
- b) aquisição de bens imóveis, por compra ou desapropriação;
- c) aquisição de equipamentos e material permanente, exceto o necessário à manutenção e funcionamento das atividades em execução;
- d) abertura de créditos especiais, ressalvados aqueles correspondentes a obrigações assumidas junto ao Estado ou à União.

§ 1º - As hipóteses enunciadas nas letras a e d do inciso II deste artigo são meramente indicativas, e caberá ao ordenador da despesa decidir sobre aquelas cuja vedação cause menor impacto à população e ao funcionamento de atividades e projetos em execução.

§ 2º - As transferências financeiras à Câmara Municipal serão limitadas na mesma proporção e condições previstas no Inciso I deste artigo.

§ 3º - No caso de restabelecimento da receita prevista, aplica-se à execução orçamentária, o disposto no § 1º do art. 9º, da Lei Complementar n.º 101/2000.

Art. 17 – Fica proibida a aplicação da receita de capital oriunda da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para financiamento de despesas correntes, salvo a exceção prevista no art. 44, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 18 - Os projetos de lei que impliquem em diminuição de receita ou aumento de despesa do Município, no exercício de 2022, deverão estar acompanhados de demonstrativos que discriminem o montante estimado da diminuição da receita ou do aumento da despesa, para cada um dos exercícios compreendidos no período de 2022 a 2024 demonstrando a memória de cálculo respectiva.

Art. 19 – São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade orçamentária.

Art. 20 – A classificação e contabilização dos ingressos de receitas e despesas orçamentárias – empenho liquidação e pagamento -, pelos órgãos, entidades e fundos integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social, serão registrados na data das suas respectivas ocorrências.

Art. 21 - Até trinta dias após a publicação dos orçamentos, o Poder executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.

CAPÍTULO IV
ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS



ESTADO DO PIAUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANÍSIO DE ABREU.

CNPJ Nº. 06.553.630/0001-70

Rua Lino Ribeiro Soares nº. 75 – Centro.

CEP 64780-000 – Anísio de Abreu – Piauí

Art. 22 - Os orçamentos fiscal e da seguridade social abrangerão os Poderes Legislativo e Executivo, seus fundos, órgãos, autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público e serão estruturados de acordo com organização administrativa estabelecida para cada Órgão da Administração Municipal.

Art. 23 - A lei orçamentária para o exercício de 2022 evidenciará as receitas e as despesas de cada uma das Unidades Gestoras, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade e quanto à sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza da despesa e modalidade de aplicação, nos termos das Portarias SOF/STN 42/1999, 163/2001 e alterações posteriores.

Art. 24 – Para efeito desta Lei entende-se por:

- I. programa – instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurados por indicadores estabelecidos no plano plurianual;
- II. projeto – instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;
- III. atividade – instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo.

Parágrafo Único – Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades e projetos, especificando os respectivos valores e metas, bem como as Unidades Orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

Art. 25 - A previsão da receita do orçamento fiscal somente incluirá as operações de crédito contratadas e as alienações de bens imóveis já autorizadas por lei específica, à data de encaminhamento do projeto da lei orçamentária à Câmara Municipal.

Art. 26 - O projeto da lei orçamentária conterà Reserva de Contingência, no valor correspondente a até 2% (dois por cento) da receita corrente líquida, destinada ao atendimento de passivos contingentes, riscos e eventos fiscais imprevistos.

Parágrafo único – Na hipótese de não vir a ser utilizada, no todo ou em parte, a reserva de que trata este artigo, poderão os recursos remanescentes serem empregados na abertura de créditos adicionais autorizados na forma do art. 42, da Lei no. 4.320, de 17.03.1964.

Art. 27 - O orçamento da seguridade social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações nas áreas da saúde, previdência e assistência social.

Art. 28 – A concessão de auxílios para pessoas físicas obedecerá preferencialmente os critérios estabelecidos pelos programas sociais que originam os recursos a serem aplicados, e no caso de recursos próprios do município, será precedida da realização de prévio levantamento cadastral, objetivando a comprovação do estado de necessidade dos beneficiários.



ESTADO DO PIAUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANÍSIO DE ABREU.

CNPJ Nº. 06.553.630/0001-70

Rua Lino Ribeiro Soares nº. 75 – Centro.

CEP 64780-000 – Anísio de Abreu – Piauí

§ 1º - Serão consideradas como carentes pessoas cuja renda "per capita" não ultrapasse, na média, a ½ salário mínimo por indivíduo que compõe a família.

§ 2º - Independará de comprovação de renda a concessão de auxílios em caso de emergência ou calamidade pública, assim declarados pelo chefe do executivo municipal.

Art. 29 - O orçamento da seguridade social discriminará os recursos da União e/ou do Estado, transferidos para o Município, para execução descentralizada das ações de saúde e de assistência social.

Art. 30 - As despesas e as receitas dos orçamentos fiscal e da seguridade social, bem como as do conjunto dos dois, serão apresentados de forma sintética e agregada, evidenciando o resultado correspondente e o total de cada um.

Art. 31 - A lei orçamentária incluirá, entre outros, os demonstrativos:

I - das receitas dos orçamentos fiscal e da seguridade social, e do conjunto dos dois;

II - da natureza da despesa, para cada órgão;

III - da despesa por fonte de recursos, para cada órgão;

IV - dos recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino.

Art. 32 - Os créditos adicionais terão a forma, o nível de detalhamento, os demonstrativos e as informações estabelecidas nesta lei, bem como a indicação dos recursos compensatórios correspondentes.

CAPÍTULO V DAS DESPESAS COM PESSOAL

Art. 33 - Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, § 1º, inciso II, da Constituição Federal, observado o inciso I do mesmo parágrafo, ficam autorizadas as concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, desde que observado o disposto nos artigos 15, 16 e 17 da Lei Complementar nº. 101/2000.

§ 1º - Além de observar às normas do caput, no exercício financeiro de 2022 as despesas com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo deverão atender as disposições contidas nos artigos 18, 19 e 20 da Lei Complementar nº. 101/2000.

§ 2º Fica autorizada a revisão geral das remunerações, subsídios e proventos dos servidores dos Poderes Executivo e Legislativo, dos Fundos e Fundações instituídas, cujo percentual será definido em lei específica.

§ 3º - Se a despesa total com pessoal ultrapassar os limites estabelecidos no art. 19 da Lei Complementar nº. 101/2000 serão adotadas as medidas de que tratam os §§ 3º e 4º do art. 169 da Constituição Federal.

§ 4º - Na hipótese de ser atingido o limite prudencial de trata o art. 22, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, a manutenção de horas extras somente poderá ocorrer nos casos de calamidade pública ou em situações de extrema gravidade, devidamente reconhecida por decreto do Chefe do Executivo.



ESTADO DO PIAUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANÍSIO DE ABREU.

CNPJ Nº. 06.553.630/0001-70

Rua Lino Ribeiro Soares nº. 75 – Centro.

CEP 64780-000 – Anísio de Abreu – Piauí

CAPÍTULO VI DA DÍVIDA PÚBLICA

Art. 34 - As despesas com juros, outros encargos e amortização da dívida, deverão considerar apenas as operações contratadas e as autorizações concedidas até a data do encaminhamento do projeto da lei orçamentária à Câmara Municipal.

Parágrafo Único – A contratação de operações de crédito fica limitada ao montante da despesa de capital, devendo ser utilizada somente para as despesas com investimentos.

Art. 35 – O Poder Executivo Municipal poderá realizar operação de crédito, através de antecipação de receita orçamentária, para atender exclusivamente a insuficiência de caixa durante o exercício financeiro de 2022, na forma da Lei.

CAPÍTULO VII ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TIBUTÁRIA

Art. 36 - A estimativa da receita que constará do projeto de lei orçamentária para o exercício de 2022, com vistas à expansão da base tributária e consequente aumento das receitas próprias, contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, dentre as quais:

I – Aperfeiçoamento do sistema de formação, tramitação e julgamento dos processos tributário-administrativos, visando à racionalização, simplificação e agilização;

II – Aperfeiçoamento dos sistemas de fiscalização, cobrança e arrecadação de tributos, objetivando a sua maior exatidão;

III – Aperfeiçoamento dos processos tributário-administrativos, por meio da revisão e racionalização das rotinas e processos, objetivando a modernização, a padronização de atividades, a melhoria dos controles internos e a eficiência na prestação de serviços; e

IV – Aplicação das penalidades fiscais como instrumento inibitório da prática de infração da legislação tributária.

Art. 37 – Na previsão das receitas serão considerados os efeitos das alterações na legislação tributária, especificamente sobre:

I – Atualização, alteração e consolidação da legislação vigente de cada tributo de competência do Município de forma a acompanhar o desempenho fiscal;

II – Adequação da legislação tributária municipal às alterações promovidas no sistema tributário nacional;

III – Revisão dos índices e critérios já existentes que sejam indexadores de tributos, tarifas e multas;

IV – As ampliações de incentivos ou benefícios de natureza tributária atenderão às normas contidas no art. 14 da Lei Complementar 101/2000;

V – Adequação do lançamento e arrecadação das taxas de serviços públicos ao custo dos respectivos serviços.



ESTADO DO PIAUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANÍSIO DE ABREU.

CNPJ Nº. 06.553.630/0001-70

Rua Lino Ribeiro Soares nº. 75 – Centro.

CEP 64780-000 – Anísio de Abreu – Piauí

**CAPITULO VIII
DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 38 – A autorização para a realização de serviço extraordinário, no âmbito do Poder Executivo, é de exclusiva competência do Prefeito.

Art. 39 - Para efeitos do art. 168 da Constituição Federal os recursos correspondentes às dotações orçamentárias da Câmara Municipal, inclusive os oriundos de créditos adicionais, serão repassados até o dia 20 de cada mês, de acordo com o cronograma de desembolso a ser elaborado pelo Poder Executivo, observados os limites anuais de sete por cento sobre a receita tributária e das transferências de que trata o art. 29-A da Constituição da República, efetivamente arrecadada no exercício de 2021.

Art. 40 - A Administração Municipal somente concederá bolsas de estudo para o ensino fundamental quando não houver ofertas de vagas nas redes públicas de ensino.

Art. 41 - O projeto da Lei Orçamentária para o exercício de 2022 será encaminhado, pelo Poder Executivo, a Câmara Municipal, até 30 de setembro de 2021, em meio magnético, juntamente com o original impresso e disponibilizado na página oficial da Prefeitura na "internet".

Art. 42 – Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado para sanção do Prefeito até o primeiro dia 1º de janeiro de 2022, a programação constante do citado projeto encaminhado pelo executivo poderá ser executada em cada mês, até o limite de 1/12 (um doze avos) do total de cada dotação, enquanto não se completar o ato sancionatório.

Art. 43 – A execução orçamentária atenderá o que preceitua a legislação vigente, em especial as Normas elencadas pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, com dever de promover a busca da convergência aos padrões internacionais de contabilidade do setor público, respeitados aspectos formais e conceituais estabelecidos.

Art. 44 – Serão considerados legais as despesas com multas, juros e outros acréscimos decorrentes de eventual atraso de pagamento de compromissos por insuficiência de caixa e/ou necessidade de priorização de pagamento de despesas imprescindíveis ao pleno funcionamento das atividades e execução dos projetos da administração municipal.

Art. 45 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anísio de Abreu, em 29 de abril de 2021.


RAIMUNDO NEI ANTUNES RIBEIRO
PREFEITO MUNICIPAL



ESTADO DO PIAUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANÍSIO DE ABREU.

CNPJ Nº. 06.553.630/0001-70

Rua Lino Ribeiro Soares nº. 75 – Centro.

CEP 64780-000 – Anísio de Abreu – Piauí

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO DE 2022
DEFINIÇÃO DE PRIORIDADES PARA OS ANEXOS I E II

ANEXO I

Prioridades para a Elaboração do Orçamento Fiscal para o Exercício Financeiro de 2022
De acordo com os Poderes e Funções de Governo

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

FUNÇÃO : LEGISLATIVA

Manutenção das atividades legislativas

Adquirir móveis e utensílios necessários à renovação ou modernização do mobiliário da Câmara;
Despesas necessárias à realização da Sessão Solene do Aniversário da cidade, compreendendo-se: comendas, condecorações, títulos, coquetel, fotografias, conjunto musical, filmagens, gravações e outros necessários a sua realização;

Efetuar a manutenção e ampliação do prédio da Câmara Municipal;

Despesas com ações judiciais eventuais;

Concurso público para o quadro de funcionários da Câmara;

Adquirir e/ou locar software e equipamentos de informática para atender os serviços da Câmara;

Participar de congressos, seminários e cursos para servidores e vereadores;

Despesas com encargos sociais/obrigações patronais;

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

FUNÇÃO: ADMINISTRAÇÃO (04)

Assegurar a operacionalização das Secretarias da Administração Central;

Modernizar as ações que envolvem o planejamento municipal;

Aperfeiçoamento da Administração Municipal;

Pagamento de contribuições a Instituições e Associações;

Operacionalizar o acompanhamento e controle da execução de Convênios;

Operacionalizar o Gabinete da Prefeitura;

Realizar concursos públicos para o quadro do pessoal do Poder Executivo;

Reorganizar e informatizar o almoxarifado central;

Adquirir e/ou locar “softwares” e equipamentos de informática;

Modernizar o sistema de controle patrimonial.

Proporcionar cursos de atualização ou reciclagem aos servidores públicos municipais.

Dotar a fiscalização municipal com equipamentos básicos e treinamento de pessoal;

Recadastramento imobiliário.

Informatizar o sistema de tributos municipais;

Encargos com divulgação de atos institucionais da administração;

Renovar Convênio para manutenção da segurança pública;

FUNÇÃO: EDUCAÇÃO

Operacionalizar a Secretaria Municipal de Educação;

Adquirir equipamentos e modernizar os setores de informática da Secretaria;



ESTADO DO PIAUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANÍSIO DE ABREU.

CNPJ Nº. 06.553.630/0001-70

Rua Lino Ribeiro Soares nº. 75 – Centro.

CEP 64780-000 – Anísio de Abreu – Piauí

Desenvolver programas de capacitação de professores e funcionários de apoio da rede municipal;

Encargos para manutenção da merenda escolar.

Prover os alunos da rede municipal de ensino com uniforme e material escolar básico;

Construir, ampliar e reformar unidades escolares para o ensino fundamental.

Adquirir ou locar veículos para transporte de alunos e professores;

Operacionalizar as creches municipais e as unidades de pré-escola;

Construir e ampliar espaços físicos para o ensino infantil;

Alfabetizar jovens e adultos e manter o ensino regular noturno;

Criar e manter bibliotecas nas unidades escolares;

Desenvolver a práticas esportivas nas escolas;

Construir quadras poliesportivas anexas às escolas;

FUNÇÃO: CULTURA (13)

Assegurar a promoção e realização de festas populares e comunitárias;

Promover a divulgação ampla dos eventos culturais e artísticos da cidade;

Incrementar a cultura popular nas comunidades;

Viabilizar a participação dos membros da secretaria em congressos, feiras e cursos;

FUNÇÃO: URBANISMO (15)

Manter e dar continuidade a infraestrutura das vias urbanas, pavimentação, calçamento e sistemas de escoamento de águas pluviais;

Expandir e manter a atual rede de iluminação pública;

Manter e ampliar os serviços de limpeza pública abrangendo: varrição e capina das vias e logradouros públicos, coleta de entulhos em geral e operação de aterro sanitário e de valas sépticas;

FUNÇÃO: HABITAÇÃO (16)

Desenvolver e implantar projetos destinados a programas habitacionais de natureza social;

Melhorar as condições de habitação da população de baixa renda;

FUNÇÃO: SANEAMENTO (17)

Promover ações de saneamento básico no município;

Buscar parceria para ampliação do sistema de distribuição de água;

Executar obras de drenagem/saneamento básico;

FUNÇÃO: GESTÃO AMBIENTAL (18)

Arborizar áreas urbanas;

Desenvolver junto a Secretaria Municipal de Educação atividades da rede escolar de ensino, visando à criação de consciência ecológica nos alunos;

Desenvolver ações visando a gestão dos recursos hídricos do Município;

Construção do aterro sanitário.

FUNÇÃO: AGRICULTURA (20)

Operacionalizar a Secretaria Municipal de Agricultura e Recursos Hídricos;

Adquirir e distribuir sementes e mudas para uso nos programas, e incentivar a implantação de hortas domiciliares e escolares;



ESTADO DO PIAUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANÍSIO DE ABREU.

CNPJ Nº. 06.553.630/0001-70

Rua Lino Ribeiro Soares nº. 75 – Centro.

CEP 64780-000 – Anísio de Abreu – Piauí

Apoio a campanhas de vacinação para manter controle da febre aftosa, raiva e brucelose no rebanho municipal;

Programa de apoio ao produtor rural para aumentar a área cultivável;

Apoio a Agricultura Familiar;

Apoiar o cooperativismo e associativismo rural;

Apoio e incentivo a exposições de animais promovidas no município.

FUNÇÃO: COMUNICAÇÕES (24)

Manter e modernizar o site oficial da Prefeitura visando atender à transparência das ações municipais e a Lei de Acesso à Informação.

Manter canal de comunicação com a população do Município, através de Rádio Comunitária local, para divulgação de atos, comunicados e convocações de interesse social.

FUNÇÃO: TRANSPORTE (26)

Construir e Ampliar a infraestrutura das vias urbanas nos bairros;

Ampliar, manter e conservar as estradas vicinais;

FUNÇÃO: DESPORTO E LAZER (27)

Implementar o esporte amador;

Construir e reformar quadras poliesportivas;

Manter as áreas de lazer, quadras e campos para atividades esportivas;

Desenvolver torneios esportivos entre as comunidades do Município.

Implementar o lazer comunitário;

Apoio ao Campeonato Regional promovido no Município.

FUNÇÃO: ENCARGOS ESPECIAIS (28)

Encargos com parcelamento do INSS e FGTS;

Contribuir para o PASEP;

Dar prosseguimento ao cumprimento de Precatórios Judiciais;

Encargos sociais – INSS e FGTS ;



ESTADO DO PIAUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANÍSIO DE ABREU.

CNPJ Nº. 06.553.630/0001-70

Rua Lino Ribeiro Soares nº. 75 – Centro.

CEP 64780-000 – Anísio de Abreu – Piauí

ANEXO II

Prioridades para a Elaboração do Orçamento da Seguridade Social para o Exercício Financeiro de 2022 (Segundo as Funções de Governo)

FUNÇÃO: ASSISTÊNCIA SOCIAL (08)

Apoio aos Conselhos de Assistência Social.

Programa de atendimento ao idoso.

Ampliar e Manter o Programa de Assistência a Criança;

Atender as demandas do Conselho Tutelar;

Dar maior ênfase aos programas municipais de assistência social de atendimento a criança e ao portador de deficiência física;

Dar condições de funcionamento ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com equipamento, material, incentivos, dinamização e cursos de atualização;

Dar continuidade aos atuais programas da Secretaria Municipal de Assistência Social, através do FMAS;

Dar maior ênfase à política de assistência a mulher;

Diminuir a carência alimentar da população mais empobrecida do município;

Proporcionar à população excluída os mínimos sociais como direito de cidadania;

Auxílio financeiro a população mais carente do município.

Criar programa de distribuição de alimentos através de cestas básicas à população mais empobrecida do Município.

Implantar o programa de hortas comunitárias.

FUNÇÃO: SAÚDE (10)

Apoio ao Conselho Municipal de Saúde;

Implantar treinamento e/ou capacitação dos servidores da rede pública de Saúde.

Manter assistência farmacêutica básica;

Manter assistência odontológica básica;

Manter assistência médica básica;

Adquirir veículo para eventuais deslocamentos das equipes de atendimento a saúde;

Manter e ampliar o Programa de Saúde da Família;

Manter e Ampliar o Programa de Agentes Comunitários;

Apoiar e difundir as políticas de saúde.

Construir e reformar postos de saúde.

Manter e dinamizar as ações do SAMU.

Manutenção das ações do NASF.

Dar continuidade às ações de Vigilância Sanitária.

Dar continuidade às ações de Vigilância Epidemiológica e Controle de Doenças;


RAIMUNDO NEI ANTUNES RIBEIRO
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DO PIAUI
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANÍSIO DE ABREU
 CNPJ: 06.553.630/0001-70 – Rua Lino Ribeiro Soares, 75 – Centro
 CEP: 64.780-000 – ANÍSIO DE ABREU – PI.

ANEXO XX
Governo Municipal
Prefeitura de Anísio de Abreu
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – 2022
ANEXOS DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO I – METAS ANUAIS									
REFERÊNCIA: 2022									
RS: Milhares									
LRF, art. 4º, § 1º									
ESPECIFICAÇÃO	2022			2023			2024		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a/PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b/PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c/PIB) X 100
Receita Total	33.500	30.625		35.000	33.250		36.500	34.127	
Receitas Não-Financeiras (I)	32.200	29.463		33.200	31.095		35.000	32.725	
Despesa Total	33.500	30.625		35.000	33.250		36.500	34.127	
Despesas Não-Financeiras (II)	32.000	29.281	0,00%	32.900	31.143	0,00%	34.700	32.445	0,00%
Resultado Primário (I – II)	200	182		300	285		300	280	
Resultado Nominal	(12)	(9)		(14)	(11)		(14)	(13)	
Dívida Pública Consolidada	100	81		90	73		90	86	
Dívida Consolidada Líquida	76	61		76	62		80	76	

FONTE: Ver Notas

DEMONSTRATIVO II – AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR						
REFERÊNCIA: 2022						
RS Milhares						
LRF, art. 4º, § 2º, inciso I						
ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2020 (a)	% PIB	Metas Realizadas em 2019 (b)	% PIB	Variação	
					Valor (c) = (b – a)	% (c/a) x 100
Receita Total	31.160		25.469		(5.691)	(18,26)
Receitas Não-Financeiras (I)	31.117		25.368		(5.749)	(18,47)
Despesa Total	31.160		25.708		(5.452)	(17,49)
Despesas Não-Financeiras (II)	30.998	0,00%	25.315	0,00%	(5.683)	(18,33)
Resultado Primário (I – II)	119		53		(66)	(55,46)
Resultado Nominal	(12)		(67)			
Dívida Pública Consolidada	105		700			
Dívida Consolidada Líquida	76		700			

FONTE: CGP –.

DEMONSTRATIVO III – METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES											
REFERÊNCIA: 2022											
RS milhares											
LRF, art. 4º, § 2º, inciso II											
ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2019	2020	%	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%
Receita Total	26.500	28.000	5,66	32.000	14,28	33.500	4,68	35.000	4,50	36.500	4,28
Receitas Não-Financeiras (I)	25.600	27.400	7,03	30.400	10,94	32.200	5,92	34.200	6,21	35.000	2,33
Despesa Total	26.500	28.000	5,66	32.000	14,28	33.500	4,68	35.000	4,50	36.500	4,28
Despesas Não-Financeiras (II)	25.100	27.000	7,57	29.500	9,25	32.000	8,47	34.000	6,25	34.700	2,05
Resultado Primário (I – II)	400	400	-	400	0,00	200	(50,00)	200	0,00	300	50,00
Resultado Nominal	(15)	(12)	-	(14)	-	(12)	-	(14)	-	(14)	-
Dívida Pública Consolidada	100	100	-	200	-	100	-	90	-	90	-
Dívida Consolidada Líquida	78	76	-	160	-	76	-	76	-	76	-

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2019	2020	%	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%
Receita Total	24.778	26.152	5,55	29.920	14,40	30.625	2,36	33.250	8,57	34.127	2,64
Receitas Não-Financeiras (I)	23.936	25.592	6,92	28.824	12,62	29.463	2,22	31.095	5,54	32.725	5,24
Despesa Total	24.778	26.152	5,55	29.920	14,40	30.625	2,36	33.250	8,57	34.127	2,64
Despesas Não-Financeiras (II)	23.562	25.218	7,03	27.583	9,38	29.281	6,15	31.142	6,36	32.445	4,18
Resultado Primário (I – II)	374	374	0,00	841	124,86	182	(78,35)	285	56,00	280	(1,75)
Resultado Nominal	(9)	(11)	-	(11)	-	(9)	-	(11)	-	(11)	-
Dívida Pública Consolidada	81	73	-	73	-	81	-	73	-	86	-
Dívida Consolidada Líquida	61	66	-	62	-	61	-	62	-	76	-

FONTE: Ver Notas.

ESTADO DO PIAUI
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANÍSIO DE ABREU
 CNPJ: 06.553.630/0001-70 – Rua Lino Ribeiro Soares, 75 – Centro
 CEP: 64.780-000 – ANÍSIO DE ABREU – PI.

DEMONSTRATIVO IV – EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
REFERÊNCIA: 2022						
RS: Milhares						
LRF, art. 4º, § 2º, inciso III						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2020	%	2019	%	2018	%
Patrimônio / Capital	26.606	100	24.040	100	21.652	100
Reservas	-	-	-	-	-	-
Resultado Acumulado	-	-	-	-	-	-
TOTAL	26.606	100	24.040	100	21.652	100

REGIME PREVIDENCIÁRIO						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2020	%	2019	%	2018	%
Patrimônio / Capital	0	0	0	0	0	0
Reservas	-	-	-	-	-	-
Resultado Acumulado	-	-	-	-	-	-
TOTAL	0	0	0	0	0	0

FONTE: Balanços exercícios de 2017 e 2018. 2019.

DEMONSTRATIVO V – ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
REFERÊNCIA: 2022			
RS Milhares			
LRF, art. 4º, § 2º, inciso III			
RECEITAS REALIZADAS	2020	2019	2018
RECEITAS DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-
TOTAL			
DESPESAS LIQUIDADAS	2020	2019	2018
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-
Investimentos	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA			
Regime Geral de Previdência Social			
Regime Próprio dos Servidores Públicos		-1	-
TOTAL	(c) = (a-b)+(f)	(f) = (d-e)+(g)	(g)
	0,8	-	-
SALDO FINANCEIRO			

FONTE: Balanços exercícios de 2018, 2019 e 2020.

DEMONSTRATIVO VI – AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS			
TABELA 1 - RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO RPPS			
REFERÊNCIA: 2022			
RS			
LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea a			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	2018	2019	2020
RECEITAS CORRENTES			
Receita de Contribuições			
Pessoal Civil			
Pessoal Militar			
Outras Contribuições Previdenciárias			
Compensação Previdenciária entre RGPS e RPPS			
Receita Patrimonial			
Outras Receitas Correntes			
RECEITAS DE CAPITAL			
Alienação de Bens			
Outras Receitas de Capital			
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS RECEBIDOS PELO RPPS			
Contribuição Patronal do Exercício			

ESTADO DO PIAUI
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANÍSIO DE ABREU
 CNPJ: 06.553.630/0001-70 – Rua Lino Ribeiro Soares, 75 – Centro
 CEP: 64.780-000 – ANÍSIO DE ABREU – PI.

DEMONSTRATIVO VI – AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS			
TABELA 1 - RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO RPPS			
REFERÊNCIA: 2022			
RS			
LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea a			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	2018	2019	2020
Pessoal Civil			
Pessoal Militar			
Contribuição Patronal de Exercícios Anteriores			
Pessoal Civil			
Pessoal Militar			
REPASSES PREVIDENCIÁRIO PARA COBERTURA DE DÉFICIT			
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (I)			
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	2018	2019	2020
ADMINISTRAÇÃO GERAL			
Despesas Correntes			
Despesas de Capital			
PREVIDÊNCIA SOCIAL			
Pessoal Civil			
Pessoal Militar			
Outras Despesas Correntes			
Compensação Previdenciária de aposentadorias RPPS e RGPS			
Compensação Previdenciária de Pensões RPPS e RGPS			
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (II)			
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (I-II)			
DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS DO RPPS			

FONTE:

DEMONSTRATIVO VI – AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS					
TABELA II - PROJEÇÃO ATUARIAL DO RPPS					
REFERÊNCIA: 2022					
RS					
LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea a					
EXERCÍCIO	REPASSE CONTRIBUIÇÃO PATRONAL (a)	RECEITAS PREVID.	DESPESAS PREVID.	RESULTADO PREVID.	REPASSE RECEBIDO P/ COBERTURA DE DÉFICIT RPPS (e)
		Valor (b)	Valor (c)	Valor (d) = (a+b-c)	

FONTE:

DEMONSTRATIVO VII – ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA					
REFERÊNCIA: 2022					
RS					
LRF, art. 4º, § 2º, inciso V					
SETOR/PROGRAMAS/BE NEFIICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA				COMPENSAÇÃO
	Tributo/Contribuição	2022	2023	2024	
TOTAL					-

FONTE: Não há previsão de renuncias de receita para os exercicios referidos.

DEMONSTRATIVO VIII – MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO	
REFERÊNCIA: 2022	
RS: Milhares	
LRF, art. 4º, § 2º, inciso V	
EVENTO	Valor Previsto 2022
Aumento Permanente da Receita	4.000
(-) Transferências Constitucionais	-
(-) Transferências ao FUNDEB	-
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	4.000
Redução Permanente de Despesa (II)	600
Margem Bruta (III) = (I+II)	4.600
Saldo Utilizado (IV)	
Impacto de Novas DOCC (Aumento salário mínimo)	1.600
Margem Líquida de Expansão de DOCC (III+IV)	3.000

FONTE: Ver Notas.

ANEXO XXI
Governo Municipal
Prefeitura de Anísio de Abreu
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2021
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

REFERÊNCIA: 2022

LRF, art. 4º, § 3º

RS: Milhares

RISCOS FISCAIS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Ações de servidores municipais em trâmite na Justiça.	680	Reserva de contingência prevista no valor de até 2% (dois por cento) da receita corrente líquida do Orçamento Fiscal.	1.100
Eventos fiscais imprevistos	420		
TOTAL	1.100	TOTAL	1.100

FONTE: Ver Notas

Os riscos fiscais são possibilidades de ocorrências de eventos incertos que venham a afetar de forma negativa as receitas públicas.

Em razão disso, a Lei de Responsabilidade Fiscal definiu que a Lei de Diretrizes Orçamentárias deverá conter o Anexo de Riscos Fiscais com a avaliação dos passivos contingentes e com outros riscos fiscais capazes de afetar as contas públicas quando da execução do orçamento anual.



ESTADO DO PIAUI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANÍSIO DE ABREU

CNPJ: 06.553.630/0001-70 – Rua Lino Ribeiro Soares, 75 – Centro

CEP: 64.780-000 – ANÍSIO DE ABREU – PI.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

EXERCÍCIO DE 2022

Notas:

- O cálculo da receita para o ano de referência da LDO e para os dois anos seguintes, foi previsto levando-se em consideração as expectativas geradas pelo cenário macroeconômico e as medidas já implementadas pelo governo municipal com relação a reorganização do seu sistema tributário.

- A inflação média anual, para identificação dos valores constantes, foi projetada segundo índices oficiais, à taxa média de 4,5% para 2022, 5,5% para 2023 e 5,5% para 2024.

- Não há previsão de renúncia de receita para os exercícios de 2022 a 2024.

- A margem líquida de expansão das DOCC leva em consideração as providências a serem efetivadas, a partir de medidas prevista e já adotadas para a reorganização do sistema tributário municipal, visando um aumento permanente da receita e na racionalização da utilização dos recursos humanos existentes, visando uma redução permanente de despesas.

- Os valores a serem financiados com a Reserva de Contingência foram calculados com base nas ações já existentes e na possibilidade de julgamento de outras ações judiciais de servidores municipais contrárias ao município.

